



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 198/2021 - Gabinete do Prefeito

Assunto: Encaminha Veto ao PL nº 62/2021-CMI

Itaúna-MG, 7 de maio de 2021

Prezado Senhor **Presidente**,

Encaminho a Vossa Excelência as Razões do Veto ao Projeto de Lei nº 62/2021-CMI, que “**Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o auxílio emergencial municipal para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou extrema pobreza agravada pela pandemia da doença infecciosa viral respiratória – novo coronavírus (Covid-19) e dá outras providências**”.

Oportunamente, apresento-lhe protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Neider Moreira de Faria

Prefeito do Município de Itaúna

EXMO. SR.

ALEXANDRE MAGNO MARTONI DEBIQUE CAMPOS

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ITAÚNA-MG



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 62/2021-CMI

RAZÕES DE VETO

Excelentíssimo Senhor **Presidente**, Excelentíssimos Senhores **Vereadores** e Excelentíssimas Senhoras **Vereadoras** da Câmara Municipal de Itaúna,

Dirijo-me a Vossas Excelências, com cordiais cumprimentos, para comunicar que, na forma do artigo 82, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o artigo 137, § 1º, inciso I do Regimento Interno dessa Câmara Legislativa, decido vetar integralmente o Projeto de Lei nº 62/2021, originário dessa Casa de Leis, que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o auxílio emergencial municipal para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou extrema pobreza agravada pela pandemia da doença infecciosa viral respiratória – novo coronavírus (Covid-19) e dá outras providências”*

Em que pese a nobre iniciativa do Vereador autor do mencionado Projeto, em pretender “autorizar” o Município a instituir o auxílio emergencial municipal para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou extrema pobreza agravada pela pandemia da doença infecciosa viral respiratória – novo coronavírus (Covid-19), este padece de vício de iniciativa, viola o Princípio da Separação dos Poderes, cria despesa sem a indicação da fonte de recursos contrariando a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 5.585/20) e a Lei de Responsabilidade Fiscal, **além da concomitância de auxílios/programas instituídos nas esferas federal e estadual**. Sendo, portanto, inconstitucional, assim como ilegal, por violar as Constituições Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município de Itaúna, pelas razões a seguir expostas:

1 - Do Vício de Iniciativa/Violação ao Princípio da Harmonia e Independência dos Poderes.

É inegável a situação imposta pela pandemia, visto a sua grave potencialidade, elevada transmissibilidade e alcance global, que repercutiu em todas as esferas social, política, econômica e cultural. Essa experiência negativa tem exigido medidas a fim de conter a proliferação e disseminação do contágio. Nessa expectativa tem sido adotadas medidas de incentivo e recuperação do setor econômico que amparem pessoas em situação de vulnerabilidade.

Contudo, o projeto de iniciativa do Legislativo, **ainda que autorizativo**, cria e regulamenta auxílio financeiro acabando por interferir em competência privativa do Prefeito, uma vez que, o ônus de administrar o Município, encontra-se a cargo do Executivo, compreendendo as atividades de planejamento, organização e direção dos serviços públicos, distinguindo-se da competência do Poder Legislativo ao qual foi incumbido o papel legiferante.

A título de exemplo, a proposição cria competências (atribuições) para órgão da administração pública, o que é expressamente vedado pelo ordenamento jurídico por iniciativa parlamentar, como ocorre no disposto no artigo 6º, v.g., com atribuições para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Noutro giro, o artigo 5º do mencionado projeto menciona e estabelece atribuições para órgão que sequer existe na estrutura administrativa municipal, **“Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças”** o que, por si só, torna o projeto (se transformado em Lei) inexecutável.

Nessas circunstâncias, o Projeto de Lei nº 62/2021, de iniciativa dessa Casa Legislativa, ao dispor sobre a concessão de auxílio financeiro emergencial, esbarrou em atividade própria da administração,



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

prática vedada ao Poder Legislativo, posto que a iniciativa de leis que versem sobre a organização e o funcionamento da administração pública é do Chefe do Poder Executivo, como preceitua o art. 61, §1º, inciso II, alínea “b” da Constituição Federal; o artigo 90, inciso XIV da Constituição do Estado de Minas Gerais; e o art. 12 da Lei Orgânica Municipal, rechaçando a ingerência do Poder Legislativo na administração dos bens do ente federado.

Depreende-se, portanto, que ao legislador municipal não é conferida competência legislativa com respeito a esta matéria, diante das limitações impostas pelo Ordenamento constitucional federal, estadual e pela Lei Orgânica Municipal. A iniciativa para o processo legislativo neste caso é matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, verificando-se, desse modo, invasão de competência.

Esse entendimento vai ao encontro de posição balizada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, reputando-se inconstitucional lei municipal de iniciativa do legislativo que conceda auxílio financeiro por ingerência de competência:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL QUE TRATA DE MATÉRIA DE NATUREZA ESSENCIALMENTE ADMINISTRATIVA - PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO - INCONSTITUCIONALIDADE - VÍCIO DE INICIATIVA.

- Padece de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, Lei Municipal que decorre de projeto de lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal e que versa sobre questão de natureza essencialmente administrativa. (TJMG - Ação Direta Inconst 1.0000.16.037008-6/000, Relator(a): Des.(a) Evandro Lopes da Costa Teixeira, ÓRGÃO ESPECIAL, julgamento em 30/01/2018, publicação da súmula em 23/02/2018) Grifo Nosso.

INDICAÇÃO EXPRESSA DA RESPECTIVA CONTRAPARTIDA ORÇAMENTÁRIA. REPRESENTAÇÃO ACOLHIDA. - A instauração de processo legislativo relativo à organização e/ou ao funcionamento da Administração Municipal compete, exclusivamente, ao Chefe do Poder Executivo. (...) - A ausência de indicação expressa da contrapartida orçamentária para a criação de obrigações e despesas ao Município reforça a ingerência indevida do Poder Legislativo nas atribuições do Poder Executivo, interferindo em sua autonomia administrativa e financeira. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.12.067167-2/000 - Comarca de Belo Horizonte - Requerente: Prefeito do Município de Belo Horizonte - Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte - Relator: Des. Leite Praça (Data do julgamento: 13/11/2013 - Data da publicação: 22/11/2013). Grifo Nosso.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL Nº 3.245/16, DO MUNICÍPIO DE PARACATU - INSTITUIÇÃO DO "PROGRAMA MERENDA NAS FÉRIAS" - INTERFERÊNCIA NA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO - INICIATIVA PARLAMENTAR - VÍCIO DE INICIATIVA - REPRESENTAÇÃO ACOLHIDA.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

- (...) É firme a jurisprudência da Excelsa Corte no sentido de que "**padece de inconstitucionalidade formal lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições de órgãos da Administração Pública**" (STF, ARE 768450 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 01/12/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-255 DIVULG 17-12-2015 PUBLIC 18-12-2015)

Esse entendimento é acompanhado pelos Tribunais Superiores que sustentam que a ingerência do poder Legislativo em matéria própria da Administração e, portanto, de competência do Chefe do Executivo, constitui Vício de Iniciativa, conforme segue:

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Ação direta de inconstitucionalidade. **Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre atribuições de órgãos da Administração Pública. Vício de iniciativa reconhecido. Inconstitucionalidade mantida. 1. O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento pacífico da Corte de que é inconstitucional lei proveniente de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições de órgãos da Administração Pública. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.**

(ARE 1022397 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 08/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-129 DIVULG 28-06-2018 PUBLIC 29-06-2018)

Importante ainda considerar que Projeto de Lei autorizativo de iniciativa parlamentar não é por si só, capaz de afastar a inconstitucionalidade da proposição. Isso porque, o Chefe do Poder Executivo não carece de autorização legislativa para exercer atos de sua competência.

Assim, não é possível juridicamente que o Poder Legislativo, a quem é confiado o estabelecimento de normas gerais e diretrizes, apresentar um projeto de Lei que trate de matéria afeta à administração do município, isto é, que autorize a instituição de um Programa Emergencial, em razão de vício de iniciativa.

Tal vício (de iniciativa) a acaba por **resultar em transgressão ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes**. Por esse motivo, a iniciativa do processo legislativo para organização e funcionamento da Administração Pública é própria do Poder Executivo, razão pela qual o Legislativo Municipal não pode subtrair do Prefeito o exame de matéria afeta à sua competência. Ao fazê-lo, ofendeu claramente o Princípio da Separação dos Poderes.

As razões do presente veto encontram, pois, amparo em entendimento consolidado no âmbito do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. (...) VÍCIO DE INICIATIVA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HARMONIA E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. CRIAÇÃO DE DESPESA PARA O ERÁRIO. **AUSÊNCIA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. - A ingerência da Câmara Municipal na esfera de competência exclusiva do Chefe do Executivo resulta em transgressão ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes** previsto nos artigos 6º, caput e 173 da Constituição do Estado de Minas Gerais. -*



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nenhum projeto de lei que implique criação ou aumento de despesa será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis próprios para atender aos novos encargos, nos termos dos artigos 155 e 161 da Constituição Estadual. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.472621-5/000 - Comarca de Betim - Requerente: Prefeito do Município de Betim - Requerida: Câmara Municipal de Betim - Relator: Des. Duarte de Paula (Data do julgamento: 26/08/2009 - Data da publicação: 30/10/2009).

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI MUNICIPAL (...) - POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES - INGERÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E AUMENTO DE DESPESAS - VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. - Configura-se invasão direta na competência privativa do Chefe do Executivo, em decorrência do conteúdo nuclear do princípio da separação dos poderes, a edição de lei de iniciativa do Poder Legislativo que crie programas e projetos de políticas públicas, acarretando despesas à Administração Municipal. [...] (TJMG - Ação Direta Inconst 1.0000.14.048938-6/000, Relator(a): Des.(a) Adilson Lamounier, ÓRGÃO ESPECIAL, julgamento em 24/02/2016, publicação da súmula em 04/03/2016)

Diante do exposto, no caso em exame, há ofensa à Separação dos Poderes, uma vez que o Legislativo, por lei de sua iniciativa, tratou de matéria afeta à administração do Município, usurpando a competência do Prefeito.

2 – Da Criação de Despesa sem a indicação da fonte de Recursos

Consigne-se que o art. 66, inciso III, alíneas “g”, “h” e “i” da Constituição do Estado de Minas Gerais, e art. 96 da LOM, prevêm que as leis que disponham sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Logo, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, é assegurada a iniciativa privativa das leis que, em razão da matéria, causam repercussão no orçamento do Município.

Observa-se, no entanto, que o Projeto de Lei nº 62/2021 ao procurar instituir Auxílio Emergencial Municipal e determinar que as despesas corram à conta de dotações específicas do orçamento em vigor e se inexistentes ou insuficientes que seja procedida a abertura de créditos adicionais, esbarrou na Lei Federal nº 4.320/64 e consequentemente na Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Neste caso trata-se **óbice intransponível**, conforme se depreende do teor do memorando nº 067/2021, de 03/05/2021, da Secretaria Municipal de Fianças, e do memorando nº 057/2021, da Controladoria Geral do Município, que encaminha informações da agente orçamentária, a **indisponibilidade orçamentária-financeira** e, por óbvio, a **ausência da indicação da fonte de recursos**, uma vez que inexistentes (tais fontes) no orçamento vigente.



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que seja considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesas ou assunção de obrigação que não atendam ao disposto nos art. 16:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Assim, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas, deve ser acompanhada não só de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, como também de declaração do ordenador da despesa quanto à adequação orçamentário-financeira com a Lei Orçamentária Anual. Tal hipótese resta inviável, vez que a criação de nova despesa no orçamento carece de indicação da fonte de recursos a custear a despesa advinda da presente proposta.

Esse entendimento vai ao encontro de posição balizada pelo Tribunal de Justiça, reputando-se inconstitucional lei municipal de iniciativa do legislativo que conceda auxílio financeiro gerador de aumento de despesa pública.

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Representação por inconstitucionalidade. Artigo 323, § 2º, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Matéria orçamentária. Vício de iniciativa. Precedentes. 1. A jurisprudência da Suprema Corte é pacífica no sentido de constituir ingerência na esfera do Poder Executivo a edição de normas afetas à matéria orçamentária por iniciativa do Poder Legislativo. 2. Agravo regimental não provido. (RE 612594 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 05/08/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-197 DIVULG 08-10-2014 PUBLIC 09-10-2014) Grifo Nosso

*Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 2.035/2012 DO MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA. **IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA. INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO. AUMENTO DE DESPESAS. REPRESENTAÇÃO ACOLHIDA. - Padece de inconstitucionalidade a Lei (...), de iniciativa do Poder Legislativo, por versar sobre (...) matéria afeta à competência exclusiva do Poder Executivo, ex vi do disposto no artigo 66, III, "c" e "f" e artigo 90, XIV, ambos da CEMG. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.12.095831- 9/000 - Comarca de Lagoa da Prata - Requerente: Prefeito do Município de Lagoa da Prata - Requerida: Câmara Municipal de Lagoa da Prata - Relator: Des. Afrânio Vilela (Data do julgamento: 11/09/2013 - Data de publicação: 20/09/2013). Grifo Nosso.***



Prefeitura Municipal de Itaúna

ESTADO DE MINAS GERAIS

Por essas razões e fundamentos, apresento veto total ao Projeto de Lei nº 62/2021-CMI, que “*Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o auxílio emergencial municipal para as pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou extrema pobreza agravada pela pandemia da doença infecciosa viral respiratória – novo coronavírus (Covid-19) e dá outras providências*”, diante do vício de iniciativa, da violação ao Princípio da Separação, Harmonia e Independência entre os Poderes, da criação de despesa sem a indicação da fonte de recursos com violação à Lei Orçamentária vigente, à Lei de Responsabilidade Fiscal e a concomitância de programas de mesma natureza instituídos nas esferas federal e estadual.

Aproveito a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências protestos de elevada estima e distinta consideração.

Itaúna-MG, 7 de maio de 2021.

Atenciosamente,

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna